

ECONOMIA DO TRABALHO

A DEMOGRAFIA ESCRAVA NO NORDESTE DO BRASIL: O CASO DE PERNAMBUCO - 1800/1888.

.....

José Vergolino
*Ph.D. em Economia. University of
Illinois. Professor Adjunto 4
Departamento de Economia - UFPE*

RESUMO:

.....

Texto discute a demografia escrava no Nordeste do Brasil, ao longo do século XIX, tomando como referência a Província de Pernambuco, na perspectiva do cativo como força de trabalho. Discute o comportamento, no tempo, do índice de masculinidade, origem étnica, atividade produtiva dos escravos e outros indicadores demográficos. Utiliza-se os dados de uma amostra de setecentos inventários de famílias de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE:

Mercado de Trabalho; População Escrava;
Brasil-Região Nordeste - Pernambuco.

1 INTRODUÇÃO

Desde os meados do século XVI até o último quartel do XIX, a atividade produtiva na Província de Pernambuco, quer de origem agrícola ou não-agrícola, gravitou em torno da utilização da força de trabalho compulsória. O uso da mão-de-obra escrava, de origem africana, constituiu-se na alternativa mais conveniente e mais eficiente, encontrada pelos exploradores e colonizadores de origem metropolitana, para extrair um expressivo volume de excedente econômico da área colonizada. Os escravos, oriundos do continente africano, constituíram o pilar básico do processo de acumulação de riqueza da Província de Pernambuco e de outras regiões onde dominou o uso da força de trabalho compulsória. Gilberto Freire não poderia ter sido mais feliz, ao afirmar que "*a história econômica do Brasil é, até a Abolição, em grande parte, a história do trabalhador negro*" (FREIRE, 1979, pg 7)⁽⁵⁾ KOSTER (1942)⁽⁷⁾, ao chegar ao Recife, lá pelos idos da segunda década do século XIX, ainda empregnado dos costumes empresariais dominantes na Inglaterra, tentou contratar trabalhadores assalariados para o seu engenho, mas foi obrigado a se render à prática do escravismo. Não se tratava de uma provável escassez de trabalhadores livre mas era simplesmente impossível, na sociedade dominada pelo escravismo, subverter as práticas produtivas dominantes. Com efeito o trabalho manual se constituía em uma atividade considerada abjeta mesmo para os trabalhadores livres e pobres de Pernambuco. TOLLENARE (1978)⁽¹⁷⁾, em suas *Notas Dominicais*, identificou, com bastante propriedade, a farta disponibilidade de trabalhadores livres vagando nas áreas periféricas à zona de produção de açúcar, vivendo da caça e da pesca e de atividades extrativas, mas completamente desinteressados em vender a sua força de trabalho aos senhores de engenho da Província. Na caracterização que fez das diferentes classes sociais dominantes na Província - proprietários de terra; arrendatários; trabalhadores livres e escravos - Tollenare enquadra esses trabalhadores como os párias do sistema, acima dos escravos, somente pela condição de indivíduos livres.

O aspecto inusitado no contexto do mercado de trabalho na Província de Pernambuco é que esse fenômeno de dependência ao trabalho escravo nas atividades de maior densidade

econômica estará presente até as vésperas da Abolição. Nas análises sobre a indústria açucareira em Pernambuco, Henrique MILET (1876;1989)⁽¹¹⁾, ilustrado senhor de engenho, procura evidenciar, nos seus diversos escritos e panfletos, que a atividade açucareira não poderia subsistir sem o concurso do trabalho escravo, embora fosse um defensor do assalariamento. Em uma perspectiva mais abrangente e apresentando sólidos argumentos de caráter econômico, FRAGINALS (1989)⁽⁴⁾ mostra que a desgraça da açucorocracia cubana derivou-se exatamente da continuidade do regime escravista na atividade de produção do açúcar na ilha. Para o arguto historiador não existia a mínima possibilidade de conjugar uma indústria moderna com o uso da força de trabalho escravo.

Pelos idos da década de 1880, a tecnologia das usinas de açúcar já encontrava-se totalmente disseminada pelas principais áreas produtoras no mundo. O Nordeste ainda engatinhava no novo paradigma tecnológico, e muito mais Pernambuco. Era impossível conciliar trabalho escravo com atividade manufatureira altamente desenvolvida, de elevada escala de produção, e com um padrão tecnológico deveras sofisticado.¹

O objetivo deste ensaio é estudar o mercado de trabalho em Pernambuco no século XIX, a partir da análise da demografia dos escravos de origem africana e brasileira. Não se pretende, em princípio, testar hipóteses ou realizar elocubrações de caráter estatístico a partir de um determinado conjunto de variáveis. Pretende-se, simplesmente, descrever e interpretar algumas características dessa massa de indivíduos que, como anteriormente afirmado, representou o pilar básico do processo de acumulação e reprodução da economia pernambucana, até 1880.²

¹Nos contratos de concessão dos engenhos centrais em Pernambuco, apoiados pelo governo imperial, existia uma cláusula específica que proibia a utilização de trabalhadores escravos na unidade manufatureira. Veja-se um exemplo de contrato em PERES&PERES (1915)⁽¹²⁾. *A Indústria Açucareira em Pernambuco*.

²Não existe, até o presente momento, nenhum estudo sobre a demografia escrava em Pernambuco que abarque um período de análise tão amplo como o nosso e com os destaques para as variáveis que serão objeto de investigação. Nesta perspectiva o nosso trabalho é pioneiro. Gilberto FREIRE, em sua obra *Escravos nos Anúncios de Jornais*⁽⁸⁾, representa até hoje a investigação mais percuciente e inovadora sobre o trabalho escravo em Pernambuco mas que, por razões sobejamente conhecidas dos versados no assunto e perfeitamente explicáveis,

A literatura sobre escravidão africana nas Américas é vastíssima. As perspectivas de análise são as mais abrangentes que se possa imaginar. No contexto econômico, o assunto é geralmente estudado em duas grandes dimensões: o escravo como força de trabalho, e o escravo como mercadoria. Ao nível desse texto, procuraremos estudar o escravo como mão-de-obra, como força de trabalho.

2 A DEMOGRAFIA ESCRAVA A PARTIR DOS INVENTÁRIOS

2.1 ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A FONTE DOS DADOS

As informações demográficas e econômicas utilizadas nesse ensaio foram levantadas a partir da Coleção de Inventários Post-Mortem do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, referentes aos 1o. e 2o. Cartórios de Órfãos e Interditos de Pernambuco. No caso específico desse trabalho, utilizou-se uma amostra de inventários doadas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, que foram catalogados e fichados pelo autor desse ensaio durante os anos de 1992 a 1994. Os inventários foram fichados por ano de avaliação do montemorto e desagregados nos seguintes itens de riqueza: ouro, prata; pedras; cobre; dinheiro, móveis domiciliares; equipamentos; animais; escravos; imóveis urbanos; imóveis rurais; ações; dívidas ativas; dívidas passivas. A amostra dos inventários cobre o período 1800-1890.

Para desenvolver esse trabalho foram catalogadas todas as informações sobre os escravos disponíveis nos inventários pesquisados: idade, origem do escravo, sexo, preço, tipo de doença, categoria do proprietário, atividade que o escravo exercia. As variáveis qualitativas foram devidamente codificadas e implantadas em uma planilha eletrônica.

tangenciou naquelas questões relacionadas com os aspectos demográficos e econômicos como aqui serão tratadas.

3 A PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM PERNAMBUCO NO PERÍODO 1800-1888.

A problemática da escravidão no Brasil e em Pernambuco, em particular, é tão rica e apresenta tantas singularidades, que obriga o pesquisador a estudá-la segundo diferentes perspectivas.

Em primeiro lugar, há que levar em conta a perspectiva temporal. As razões são sobejamente conhecidas. Ao longo da periodização acima, a atividade escravista esteve exposta a diferentes conjunturas, destacando-se a fase de completa liberação do tráfico entre África e Brasil e onde o mercado apresentava uma conformação concorrencial, que pode ser perfeitamente demarcado no tempo como o período 1800-1832. O período seguinte representa a fase de regulação e da criação de leis antitráfico, mas que será desrespeitada até, aproximadamente, 1852. É o período do contrabando e uma fase de grande importação de escravos da África, especialmente para dar sustentação ao boom cafeeiro que já se constituía em uma realidade. Em 1852 desaparece o tráfico transatlântico mas o regime escravista permanece firme e forte. A partir dessa fase, com o fechamento das linhas de comércio entre Brasil e África, aumenta o tráfico interprovincial, em direção ao sul do Brasil, para abastecer as fazendas de café do Rio de Janeiro e S.Paulo.

A segunda perspectiva de análise, como um corolário da primeira, diz respeito à análise do espectro demográfico dos escravos a partir de um corte de nacionalidade. Trata-se de uma investigação que procura explicar as prováveis diferenças entre o perfil dos escravos nascidos na África em relação aos nascidos no Brasil. Uma investigação que contemple a análise da nacionalidade numa perspectiva temporal, pode lançar algumas luzes sobre a dinâmica econômica da principal província do Império acima da Bahia, em um período carente de informações quantitativas.

Uma hipótese facilmente testável é de que a pirâmide populacional dos escravos africanos era o inverso da pirâmide dos escravos brasileiros. As razões são bastante óbvias: os comerciantes de escravos que se ocupavam do tráfico transatlântico investiam os maiores

recursos financeiros na aquisição de “peças” com idade entre 20 e 40 anos, embora no bojo das carregações estivessem presentes crianças e adolescentes. A demanda dos comerciantes representava tão-somente uma demanda derivada dos consumidores efetivos de escravos que eram os senhores de engenho, os proprietários de fazendas e os comerciantes localizados no Recife.³

Uma terceira perspectiva de análise pode ser encetada a partir do estudo em termos de sexo. Uma hipótese bastante plausível é de que a participação das mulheres seja bastante reduzida em determinados grupos de idade, particularmente no período 1800-1850, e que haja uma reversão nesse processo a partir de 1850, por conta do final do tráfico transatlântico, conjugada com a migração de escravos homens, especialmente na faixa de idade entre 20 a 40 anos, para o sul do Brasil. Uma análise nessa perspectiva pode aclarar alguns pontos ainda obscuros da demografia escrava, especialmente em relação à questão das tendências das taxas de fertilidade da população escrava em Pernambuco.

Finalmente a que destacar uma quarta linha de interpretação da demografia escrava em Pernambuco e que diz respeito a um corte intraespacial, qual seja o urbano-rural. A razão para enveredar em tal direção, deriva-se da peculiaridade da amostra que contempla um conjunto de inventários tipicamente urbano, mas com a forte presença de proprietários com atividades localizadas no segmento rural, como, por exemplo, os senhores de engenho e os fazendeiros.

A TABELA 1 apresenta o conjunto da população escrava de Pernambuco, retirada dos inventários *post-mortem*, segundo diferentes faixas etárias e as décadas, em número de nove, em que foi dividido o período de análise. Dispõe-se assim de informações que permitem identificar prováveis mudanças na estrutura etária da população escrava da Província em uma perspectiva eminentemente temporal.

Uma primeira leitura que pode ser feita é no sentido horizontal, isto é, fixando a década e variando a faixa etária. Constata-se, em primeiro

lugar, que a estrutura etária da população escrava apresenta uma conformação singular, qual seja, uma base e um topo bastante reduzidos, com uma grande largura nas faixas de idade intermediárias, sugerindo uma estrutura geométrica tipo losango em pé.

Esta configuração está perfeitamente compatível com outros estudos de demografia escrava para outras regiões do país e de outros países que experimentaram o regime escravista (LUNA, 1991)⁽⁸⁾. Isto sugere, claramente, as práticas comerciais dos traficantes como também reflete a demanda de mercado pela força de trabalho escravo e a expectativa de vida dessa população.

A razão da pirâmide populacional apresentar uma base extremamente reduzida resulta, em primeiro lugar, do fato dos traficantes de escravos não investirem grande recursos na aquisição de crianças entre 1 a 9 anos de idade, por conta da fraca demanda de mercado por esse tipo de mercadoria.⁴ É sabido que os traficantes tendiam a concentrar suas cargas, em indivíduos na faixa entre 15 a 25 anos, aptos para a atividade produtiva e de maior demanda no mercado de Pernambuco.⁵

A continuidade da leitura da TABELA 1, no sentido horizontal, indica uma queda substancial da participação das idades mais elevadas, especialmente a partir da idade de 50 anos, o que tem uma explicação lógica.⁶ A taxa de mortalidade era bastante alta entre a população escrava, de sorte que era esperado uma queda

⁴ Luna afirma que no tráfico negro, preferiam-se os adultos, com baixa participação de crianças. LUNA, Francisco Vidal (1992)⁽⁸⁾. Características Demográficas dos Escravos de S. Paulo (1777-1829) in *Estudos Econômicos*. S. Paulo. Vol. 22. No. 9, pp. 443-483

⁵ Evidentemente que a participação de indivíduos fora dessas faixas de idade era função também da conjuntura dominante na época. Após 1832, fase em que o tráfico foi considerado ilegal, embora para inglês ver, aumentou a importação de crianças. Isto está bastante claro no livro de *Marcas de Escravos. Lista de Escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839-1841)*⁽¹³⁾.

⁶ Se se compara os quantitativos para a Província de Pernambuco com outras Províncias do Brasil, chega-se à conclusão de que a situação da Província nordestina não era nada confortável. Maurício Goular apresenta estatísticas da pirâmide etária da Freguesia de S. Caetano, Mariana, Minas Gerais, para o ano de 1797. Foi observado que a participação dos escravos com mais de 60 anos de idade era de 13,5%, em 1797, enquanto os dados apresentados na Tabela 1 desse texto apresentam um coeficiente da ordem de 5,9%. Veja-se GOULART, Maurício. op. cit. pg. 163⁽⁶⁾.

³ Acreditamos que uma análise que contemple correlação do tipo nacionalidade x idade x sexo x tempo constitua-se em uma importante contribuição para o entendimento da questão.

significativa da participação do grupo de escravos nessa faixa de idade.

Uma segunda leitura que podemos fazer da TABELA 1 diz respeito às mudanças demográficas da população escrava em Pernambuco, em uma perspectiva de longo prazo, isto é, enfeixando o período 1800-88.⁷ A partir da análise das diferentes faixas de idade na perspectiva acima especificada, é possível perceber algumas mudanças dignas de comentários.

Em primeiro lugar, constata-se uma nítida tendência declinante das participação referente aos estratos 20 e 39 anos, para o período 1800-88, que apresenta-se de forma claramente visível para todas as décadas a partir de 1810.⁸

As causas que provocaram essa tendência são, todavia, diferentes, por conta das grandes mudanças institucionais que ocorreram ao longo do período. A tendência declinante no período 1800-30 pode ser explicado por fatores tipicamente relacionados ao mercado açucareiro.

É razoável supor uma queda da demanda por escravos, ao nível da propriedade rural e urbana, por conta do declínio do nível de lucratividade da atividade açucareira em Pernambuco, como uma resultante da queda dos preços do produto no mercado internacional.

A queda nos preços engendrava uma redução na receita bruta dos empresários rurais, que por sua vez implicava em uma redução nas taxas de lucro e, por rebatimento, numa diminuição na demanda por novos cativos, para substituir os mortos e os inutilizados para o trabalho de campo. Convém lembrar que a demanda por escravos é uma demanda derivada da produção

de açúcar. Quanto maior a produção de açúcar maior a demanda por escravos e vice-versa.

No período seguinte - 1830-52 - há uma mudança no perfil da idade da população escrava, como uma consequência das leis antitráfico e da pressão do governo inglês para acabar com a escravidão no Brasil.

Esses fatores apresentaram, evidentemente, uma forte influência sobre o desenho da pirâmide populacional dos cativos. Mas, na nossa visão, a queda no preço do açúcar combinado com o crescimento da atividade cafeeira no Vale do Paraíba e oeste de São Paulo constituem, sem sombra de dúvida, como os mais fortes elementos na explicação do desenho da pirâmide etária da população escrava de Pernambuco no período.

Em relação aos anos 1850-1888, as causas da mudança são diversas.

Uma razão clássica, e que se reflete em todos os períodos, está associada ao fato de a taxa de mortalidade ser maior do que a de natalidade, provocando um crescimento vegetativo negativo da população escrava.

Em segundo lugar, da ausência de tráfico transatlântico que impedia a reposição de escravos.

Em terceiro, do movimento migratório de escravos do Nordeste para o Sul - São Paulo - para abastecer as fazendas de café. Seria interessante lembrar que eram vendidos para o Sul, provavelmente para as fazendas de café, os melhores escravos, os mais aptos e mais produtivos, exatamente os localizados na faixa entre 20 e 39 anos.⁹

Em quarto, os surtos de varíola, febre amarela e a Guerra do Paraguai que contribuiu para uma

⁷ Trata-se do primeiro estudo sobre demografia escrava em Pernambuco que abarca um período de tempo tão amplo da história econômica e demográfica regional.

⁸ Enquanto a Província de Pernambuco detinha 5,9% de escravos na faixa de idade acima de 60 anos, em Minas Gerais, em uma região aurífera, a taxa alcançava a cifle de 13%. Estes e outros dados mostram que as condições de insalubridade enfrentada pelos escravos pesquisados era extremamente negativa. Analisando essa questão pelo lado da rentabilidade, percebe-se que o número de escravos imprestáveis para a atividade produtiva era substancial. GOULART⁽⁶⁾ apresenta um conjunto de estimativas de vários autores e viajantes referentes ao tempo de trabalho efetivo de um escravo. Para: Roberto Simonsen era de 7 anos, Tollenare, em 1817, era de 20 anos; o Governador de São Paulo em 1768, era de 30 anos; Rui Barbosa apresenta uma estimativa de 14 anos, e Maurício Goulart apresenta a sua estimativa: 12 a 15 anos (13 anos na média). GOULART, Maurício, op. cit., pgs.156-170⁽⁶⁾.

⁹ Esta questão está pouco a pouco sendo desvendada. Em estudo recente, BARBOSA (1995)⁽²⁾ apresenta as estimativas do tráfico de Pernambuco para todas as províncias do Brasil no período 1840-187, utilizando as estatísticas do Porto do Recife. O autor mostra que até 1862, aproximadamente, o tráfico entre Pernambuco e a outras províncias era positivo para Pernambuco, isto é, entravam mais escravos do que saíam. Os dados de que dispomos, a partir de um conjunto de livros cartoriais de compras e vendas de escravos, sugerem um fenômeno semelhante e aprofundam as evidências de Barbosa. Os dados indicam um comércio muito forte de escravos entre Recife e cidades do sertão do Nordeste. Tudo leva a crer que esses escravos não entraram nas estatísticas de Barbosa, posto que não ingressaram no Recife pelo porto. BARBOSA, José Humberto (1995)⁽²⁾.

queda significativa da população de cativos. E, finalmente, do crescimento das taxas de alforerias dos cativos.

Façamos, primeiramente, uma digressão sobre o perfil dos escravos nascidos na África. Ao longo do período 1800-1830, fase de completa liberalização do tráfico transatlântico entre Brasil e África, identifica-se a forte

TABELA 1.
PERNAMBUCO POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO AS DÉCADAS E FAIXA ETÁRIA
1800-1888

Década	Faixa Etária (em %)							
	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70 e +
1800-10	12,8	11,8	23,2	24,6	10,8	10,8	4,4	1,5
1811-20	8,9	15,5	20,6	24,4	15,2	9,0	4,2	2,3
1821-30	16,1	14,4	20,9	19,8	12,3	7,5	5,6	3,4
1831-40	16,7	17,0	21,2	19,6	14,2	6,0	2,8	2,5
1841-50	15,4	15,4	16,6	17,9	17,0	9,9	3,9	3,9
1851-60	13,2	12,8	15,5	28,1	16,0	10,4	3,6	0,4
1861-70	23,4	16,3	12,0	21,5	16,3	4,3	4,3	1,9
1871-80	11,2	27,1	21,5	15,0	10,3	7,5	5,6	1,9
1881-88	-	17,5	19,3	14,0	7,0	17,5	17,5	7,0

Fonte: Coleção de Inventários do IAHGPe-Caixas de 1 a 45

Todavia, se contássemos com essa única informação demográfica poderíamos estar deixando de mostrar alguns fenômenos dignos de menção. Uma forma de perceber, com maior grau de acuidade, às transformações que ocorreram no mercado de trabalho escravo no Nordeste, está em analisar a demografia desse grupo de indivíduos a partir de um corte de nacionalidade - africanos e brasileiros- associado a um corte por faixa de idade.

4 A DEMOGRAFIA ESCRAVA EM PERNAMBUCO SEGUNDO A NACIONALIDADE: AFRICANOS E BRASILEIROS/ 1800-1888.

A análise da demografia escrava a partir do corte por nacionalidade clarifica sobremaneira a prática adotada pelos comerciantes no processo de aquisição de cativos, especialmente na fase que vai do início aos meados do século XIX. Para captar essas nuances no aludido processo, foi construída a TABELA 2.

A partir de sua leitura constata-se, em primeiro lugar, uma significativa diferença de perfil demográfico entre os escravos nascidos no Brasil e os nascidos na África. Para uma pessoa versada no assunto trata-se de uma tremenda obviedade, mas que ainda assim merece alguns comentários.

participação de escravos nascidos na África no intervalo de 20 a 50 anos de idade, com a maior concentração entre as faixas de 20 a 40. Evidentemente que as estatísticas refletem o estoque de escravos para o período em destaque, mas elas identificam um padrão de importação muito particular. Percebe-se que para este período a participação dos escravos africanos vis a vis os brasileiros é maior a partir do terceiro coorte.

No período seguinte - 1830-1850-, já correspondendo a fase do tráfico controlado, onde as práticas de contrabando se disseminaram pela costa do Brasil, constata-se uma queda na participação de escravos nascidos na África nos estratos de 20/29 anos e de 30/39 anos, com um crescimento em quase seis pontos percentuais do grupo de 40/49 anos. Qual a leitura que se pode fazer dessas estatísticas? A primeira é de que não houve um dinamismo significativo na economia de Pernambuco que engendrasses um vigoroso processo de reposição do escravos mortos e fugidos nas faixas entre 20 e 39 anos de idade. Caso isso tivesse ocorrido não teria havido um queda tão acentuada na participação do 2º. e 3º. coorte. Em segundo lugar, um incremento bastante substancial da participação de crianças (0 - 9 anos) e adolescentes (10 -19 anos) de origem brasileira o que sugere, a princípio, uma fase de mudanças nos índices de fertilidade da população escrava.

Comparando-se esse período com o anterior, percebe-se uma segunda questão. Trata-se do envelhecimento da população escrava africana. Parte dos escravos que estavam na faixa de 20 a

39 anos no período 1800-1830 e que sobreviveram às privações, passaram no período seguinte para as faixas entre 40 e 60 anos. Esse fenômeno se repete para o período subsequente - 1850-1872 - mas já como um efeito derivado da ausência de importação de escravos africanos associados às mortes, alforrias e exportação de escravos para o Sudeste do país, e o envelhecimento dos trabalhadores negros.

Para o último período - 1872 a 1888- já não se encontra mais escravos nascidos na África, referentes aos estratos de 20/29 anos. Um escravo com idade de 29 anos e que tenha sido importado com a idade de 10 anos teria teoricamente entrado no Brasil em 1853, época que o tráfico transatlântico já havia desaparecido. Assim sendo, faz sentido não existir escravos nascidos na África nos 3 primeiros estratos de idade.

em Pernambuco não ultrapassava os 20 anos de vida útil.

Esse fenômeno fica ainda mais evidente à medida que se comparam os estratos de 20/29 anos em 1831-50, com o estrato 40/49 anos referente ao anos 1873-88.

No período 1831-50, a participação dos escravos africanos no grupo 20/29 era de 21,1 % do total do período.

Na fase seguinte 1873-88, isto é, passado vinte anos, deveria ainda existir alguns escravos na faixa de idade 40-49 anos, o que corresponderia a alguns remanescentes da faixa anterior.

Todavia, o que as estatísticas evidenciam é uma completa ausência de escravos africanos nesse estrato o que corrobora a nossa hipótese

TABELA 2.
PERNAMBUCO
ESCRAVOS AFRICANOS E BRASILEIROS
POR FAIXA DE IDADE E PERÍODOS ESPECIAIS 1800-1888 - (EM %)

Idade	1800-30		1831-50		1851-72		1873-88	
	África	Brasil	África	Brasil	África	Brasil	África	Brasil
0-9	1,8	28,0	1,2	32,6	0,5	24,7	--	5,1
10-19	10,2	21,0	10,2	23,0	1,4	22,4	--	21,8
20-29	26,2	14,2	21,1	17,1	6,5	18,7	--	26,9
30-39	27,3	14,9	24,5	12,5	39,3	17,2	6,7	15,4
40-49	15,7	9,9	22,7	7,6	27,6	9,2	--	12,8
50-59	9,4	7,6	1,8	4,0	15,4	4,9	26,7	9,0
60-69	6,4	2,8	4,7	1,9	7,0	2,4	46,7	6,4
70 a +	3,0	1,7	4,9	1,3	2,3	0,4	20,0	2,6
Soma	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inventários da Coleção do IAHGPe- Caixas de 1 a 40.

A leitura da TABELA 2. nos leva a imaginar a ocorrência de uma brutal taxa de mortalidade dos escravos africanos combinado com um processo de transferência de cativos para o sul do Brasil, acompanhado de um forte processo de envelhecimento dessa massa de indivíduos.

Imagine-se a seguinte situação: um escravo que tenha chegado ao Brasil em 1850 com a idade de 20 anos estaria em 1873, com 43 anos e localizado no estrato de 40/49 anos.

O que as estatísticas evidenciam? Simplesmente a ausência de escravos africanos nessa faixa de idade. Isso sugere, em primeiro lugar, uma elevada taxa de mortalidade, e, segundo, que a expectativa de vida dos escravos

acerca das elevadas taxas de mortalidade dessa população.

Uma outra leitura que pode ser avançada a partir da TABELA 2. diz respeito à comparação do movimento demográfico entre os escravos nascidos na África e os nascidos no Brasil.

O primeiro ponto que pode ser realçado a partir da comparação entre os indicadores de nacionalidade de escravos diz respeito ao desenho da pirâmide populacional. Enquanto a pirâmide populacional dos escravos nascidos na África tem a forma de um losango de pé, a dos escravos nascidos no Brasil tem claramente a forma de uma pirâmide, com uma base extremamente larga, especialmente se agregarmos as faixas de idade entre 0/20 anos.

Ora tal representação demográfica é muito semelhante à da população brasileira livre.

No período 1800-30 constata-se que o estrato de 0/9 apresentava uma participação da ordem de 28 % do total de escravos brasileiros. É um percentual elevado, considerando a estrutura do mercado de trabalho que tendia a demandar escravos na faixa de 20-40 anos.

Esse indicador sugere, a princípio, que a taxa de natalidade era positiva entre o grupo de crianças nascidas no Brasil. Observe-se que os escravos brasileiros, localizados na faixa entre 0 e 9 anos, derivavam-se de um cruzamento entre escravos brasileiros ou africanos com brasileiros.

Nos anos seguintes - 1831-50 - esse percentual aumenta de 28,0% para 32,6%. É um período bastante tumultuado no mercado de escravos, por conta das leis antitráfico e da pressão do governo britânico, através de sua marinha, nas costas do Brasil.¹⁰ Após o final do tráfico internacional de escravos, combinado com a fase do movimento migratório, da guerra do Paraguai e das inúmeras epidemias - 1851/72 - esse percentual declina para 24,7 %.

O declínio significativo desse estrato em relação a população de escravos brasileiros vai acontecer após 1873. As razões são as seguintes: 1) A Lei do Ventre-Livre que resgata a liberdade de todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data; 2) a campanha abolicionista que contribuiu para a libertação dos ingênuos e crianças; 3) as cartas de alforria, dada pelos donos de escravos, especialmente na área urbana; 4) finalmente, a baixa taxa de mortalidade desses escravos vis a vis aos nascidos na África.

¹⁰ Segundo o Relatório do Cônsul da Inglaterra em Pernambuco, o volume do tráfico entre Pernambuco e a África diminuiu significativamente, especialmente durante o período da Revolução Praieira. As palavras do Cônsul são claras: "My Lord. In accordance with the instructions conveyed to this Consulate in the Circular of the 8th of March, 1843, I have the honour to forward to you lordship a report upon the state of Slave Trade and slavery within this province. I believe that I can once more report that no slave has been landed in Pernambuco from Africa during the whole of 1847, for it is positively denied that even the "Calummia" which I returned on the 30th September last as having landed 117 slaves, imported any, and if she be excluded there exists no ground for suspecting any other vessel. The reason of the cessation of Slave Trade is greatly owing to the continuance of the Praieiro or Democratic party in power. The home or coasting Slave Trade also greatly diminished. Sig. H. Augustus Cowper to Viscount Palmerston, April, 19, 1847 in....

É razoável supor que as crianças escravas nascidas no Brasil possuíam uma expectativa de vida maior do que as nascidas na África, mas ainda assim a taxa de mortalidade, mesmo entre os nascidos no Brasil, era extremamente elevada. Isso é possível inferir a partir da comparação dos estratos 0/9 e 20/29 anos entre os períodos 1800-30 e 1831-50, e entre este e o último período.

Em 1800-30, existiam 28% de escravos brasileiros no estrato de 0-9 anos de idade, o que correspondia a maior participação na pirâmide populacional dos escravos nascidos no Brasil. Imaginando-se uma taxa de natalidade igual à de mortalidade era de supor que esse contingente de escravos deveria se deslocar para o grupo de 20-29 anos, para o período 1831-50. Doce ilusão! O que se constata é que o grupo de idade acima aludido apresentava, nesse período, uma participação da ordem de 17% do total de escravos brasileiros. As estatísticas mostram uma queda substancial da ordem de 28 para 17 por cento. A que se deve isso? Evidentemente, que à alta taxa de mortalidade dos nascidos vivos no Brasil, mesmo reconhecendo que existia uma preocupação entre alguns proprietários em dar um tratamento mais humano aos seus cativos.

Uma outra leitura que pode ser feita a partir dos dados da TABELA 2. diz respeito à elevada participação de escravos brasileiros nos três primeiros estratos mais baixos de idade. Entre 1800-30, a população de escravos brasileiros jovens (0-19) em relação ao total era de 49%. No período seguinte, eleva-se para 55,6 %, o que representa um fato inusitado para os padrões da época. Após o término do tráfico e mesmo diante dos estímulos à migração para o Sudeste, esse percentual cai para 47,1 por cento, o que não difere em grande medida, do período 1800-30, fase de mercado livre e de razoável entrada de cativos oriundos da África.

Para aumentar a nossa compreensão sobre a dinâmica demográfica da escravidão em Pernambuco, realizamos uma estratificação que levasse em conta o sexo dos escravos. Para tanto, desagregou-se a amostra segundo a nacionalidade, sexo e faixas de idade.

A TABELA 2 abaixo apresenta os percentuais de homens e mulheres, africanos e brasileiros, por faixa de idade. Depreende-se, de imediato, a reduzida participação de africanos na faixa de 0-9 anos de idade (1,4 %) vis a vis

aos escravos de origem brasileira, que representavam 30,0 % do total de escravos brasileiros da amostra para todo o século,

estratos críticos do ponto de vista de fertilidade. No estrato de 20-29 anos, a participação das mulheres, tanto em termos de nascidos na África

TABELA 3.
PERNAMBUCO
DEMOGRAFIA DOS ESCRAVOS SEGUNDO A NACIONALIDADE E O SEXO:
AFRICANOS E BRASILEIROS. 1800-1888 - (%)

Idade	Africanos		Total	Brasileiros		Total
	Homem	Mulher		Homem	Mulher	
0 - 9	0.9	2.5	1.4	24.7	30.0	27.3
10-19	9.9	7.1	9.0	21.9	22.0	22.0
20-29	22.6	20.4	21.9	17.9	15.8	16.9
30-39	26.6	30.2	27.8	15.8	13.9	14.9
40-49	18.9	19.8	19.2	8.7	9.7	9.2
50-59	11.6	9.1	10.8	6.8	4.9	5.9
60-69	6.3	6.4	6.3	2.6	2.6	2.6
70 a +	3.2	4.5	3.6	1.5	1.0	1.3
Soma	67.1	32.9	100.0	51.2	48.8	100.0

Fonte: Coleção de Inventários do IAHGPe-Caixas de 1 a 40.

enquanto a amostra de africanos não alcança a casa dos 1,4 %. Evidentemente que essa diferença reflete as inúmeras mudanças que ocorreram na política escravista no Brasil, bem como as próprias práticas adotadas pelos traficantes em relação ao comércio de escravos.

O mercado demandante não era bastante forte para escravos na faixa de 0-9 anos de idade, de tal sorte que a baixa participação desse grupo na amostra de escravos africanos já é um reflexo das próprias idiossincrasias do mercado.

Todavia o melhor da estória ainda não foi contado. A questão importante encontra-se na comparação dos grupos de idade em relação sexo. Nesse aspecto a Tabela é bastante elucidativa.

Em primeiro lugar, constata-se que no caso dos escravos africanos, existiam mais homens que mulheres, com uma participação da ordem de 66 e 34 por cento, respectivamente, indicando uma outra prática dos traficantes que, no fundo, reflete a demanda do mercado comprador, que era comercializar mais homens do que mulheres. O mesmo não se pode dizer em relação aos escravos nascidos no Brasil. As evidências indicam que, no plano agregado, a participação de homens - 51,2 % - era levemente superior à participação de mulheres - 48,6%.

No caso dos escravos nascidos no Brasil, o número de mulheres superava a de homens pelo menos em três faixas de idade e apresentava uma participação quase que igualitária em dois

quanto no Brasil, era elevada, o que poderia indicar uma tendência à taxas de natalidade elevadas em razão desse estrato apresentar um elevado potencial de fertilidade.

Evidentemente que os dados da TABELA 3. sugerem uma situação que, com absoluta certeza, apresentou variações significativas ao longo do século XIX, de tal sorte que se torna necessário interpretar esses dados com mais cautela. A melhor forma de evitar ilações equivocadas, está em desagregar essas informações dentro de uma perspectiva temporal e que leve em consideração as grandes mudanças da conjuntura escravista no Brasil.

Procura-se então, nessa etapa, interpretar o padrão demográfico da escravidão em Pernambuco, a partir de uma nova perspectiva, qual seja, estudar a relação entre as variáveis sexo dos escravos versus a variável tempo, a fim de captar, de forma indireta, as práticas dos comerciantes escravistas, bem como avaliar o impacto da legislação antitráfico e anti-escravista sobre o mercado de cativos em Pernambuco.

As TABELAS 4 e 5 apresentam os percentuais de homens e mulheres segundo os estratos de idade e a nacionalidade, e tomando os quatro principais períodos, relativos ao século XIX, da escravidão negra no Brasil.

TABELA 4.
PERNAMBUCO
DEMOGRAFIA DOS ESCRAVOS AFRICANOS, POR FAIXA DE
IDADE E SEXO 1800-1888

Idade	1800-1830		1830-1850		1850-1870		1850-1870	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-9	52.9	47.1	—	100.0	100.0	—	—	—
10-19	76.8	23.2	67.3	32.7	100.0	—	—	—
20-29	70.5	29.5	69.4	31.6	50.0	50.0	—	—
30-39	65.4	34.6	63.2	36.8	63.1	36.9	—	100.0
40-49	68.5	31.5	62.9	37.1	66.1	33.9	—	—
50-59	73.9	26.1	72.7	27.3	69.7	31.3	50.0	50.0
60-69	66.7	33.3	66.7	33.3	60.0	40.0	85.7	14.3
70 a +	67.9	32.1	48.0	52.0	80.0	20.0	33.3	66.7

Fonte: Coleção de inventários do IAHGPe - Caixas de 1 a 40

No contexto dos escravos nascidos na África, percebe-se poucas mudanças no tempo. Em verdade, os escravos do sexo masculino dominam a amostra de escravos africanos, tanto para o período de mercado totalmente livre, quanto para a fase de mercado regulado. Nos dois períodos posteriores a 1850, não caberia discutir o comércio de escravos nascidos na África, mas seria de bom alvitre continuar analisando a demografia escrava no contexto da nacionalidade, com o objetivo de perceber a tendência da participação desse grupo de escravo nascidos na África em termos da população total cativa da amostra.

Em relação aos nascidos no Brasil, o que se percebe é uma forte mudança, ao longo do tempo, na participação do contingente feminino em determinadas faixas de idade. Analisando cronologicamente as transformações que ocorreram na estrutura etária segundo os sexos, verifica-se que na primeira fase a participação do contingente feminino é substancial no intervalo entre 0-9 anos de idade., e isso se repete para os três períodos seguintes. No contexto da faixa de idade de 10-19 anos, há um lento crescimento na participação entre os anos 1800 e 1872, para voltar a decrescer no período 1873-88. O fato interessante é que no período 1800-30, os homens são dominantes na faixa de idade entre 20 e 70 anos ou mais, e esta relação vai decrescendo, aumentando assim a participação das mulheres. As razões para tal comportamento são derivadas de inúmeras causas.

A fase de 1800-1830, no contexto dos escravos brasileiros, é um rebatimento do que aconteceu em termos de importação de escravos

africanos no século anterior e do movimento da produção agrícola ao longo desse período. Tudo leva a crer, com base nas evidências apresentadas por outros historiadores para outras províncias do Brasil, como Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo, que o padrão de importação de escravos no século XVIII, com respeito ao sexo, referente à Província de Pernambuco não diferia em nada do padrão-médio do Brasil como um todo. O certo é que para esse período, fase em que o tráfico era livre e competitivo, a participação dos homens era duas vezes maior que a participação das mulheres, especialmente nas faixas mais produtivas, no caso, entre 20 e 40 anos de idade. Como esse grupo é de escravos nascidos no Brasil, então esse perfil representa uma fotografia, mesmo que aproximada, do comportamento das importações que ocorreram por volta da segunda metade do século passado, fase de intensa operação da Companhia de Pernambuco e Paraíba, criada pelo Marquês de Pombal e que dominou o monopólio do comércio de escravos no período 1759-80 entre a África e o Nordeste do Brasil. No seu livro sobre a Cia. , Ribeiro Junior (1976) apresenta uma comentário muito reduzido sobre o mecanismo do tráfico realizada pela Cia. e não acrescenta uma análise detalhada das entradas anuais de escravos em Pernambuco durante esse período.

Esses percentuais, relativos à participação de homens e mulheres no conjunto de escravos nascidos no Brasil sofrem uma forte mutação no período 1830-1850, especialmente quando se trata do grupo de escravos inseridos nas faixas de 20 a 40 anos de idade. Há um forte incremento da participação das mulheres nessas duas faixas vis a vis ao corte temporal anterior.

Trata-se de uma fase que se caracteriza pelo controle do comércio e do tráfico internacional. O aumento inusitado da participação das mulheres nessas duas faixas de idade pode ser creditado em parte ao movimento interprovincial de escravos e corrobora a nossa hipótese, levantada em parágrafos anteriores, de que a migração de escravos do Nordeste para o

em uma categoria definida como "sem identificação".

O aspecto importante é que o grosso dos escravos constantes dos inventários pesquisados era de propriedade dos senhores de engenho. Qual a representação dos senhores de engenho na amostra pesquisada? As estatísticas indicam

TABELA 5
PERNAMBUCO
DEMOGRAFIA DOS ESCRAVOS BRASILEIROS, POR SEXO E IDADE 1800-1888 - (%)

Idade	1800-1830		1831-1850		1851-1872		1873-1888	
	Homem	Mulher	H	M	H	M	H	M
0-9	47.3	52.7	44.2	55.8	47.8	52.2	50.0	50.0
10-19	52.2	47.8	51.4	48.6	48.1	51.9	58.8	41.2
20-29	60.9	39.1	50.6	49.4	52.9	47.1	47.6	52.4
30-39	66.0	34.0	47.5	52.5	47.5	52.5	41.6	58.4
40-49	56.3	43.8	58.3	41.7	34.9	65.1	20.0	80.2
50-59	57.1	42.9	63.2	36.8	60.9	39.1	57.1	42.9
60-69	72.2	27.8	44.4	55.6	27.3	72.7	40.0	60.0
70 a +	63.6	36.4	50.0	50.0	50.0	50.0	100.0	--

Fonte: Coleção de Inventários do IAHGPe- Caixas 1 a 40

Sudeste se concentrou nas faixas mais produtivas, ficando na região os velhos, as crianças e as mulheres.

um total de 70 para aproximadamente 700 inventários, o que corresponde a 10 por cento da amostra pesquisada.

5 DEMOGRAFIA ESCRAVA EM PERNAMBUCO SEGUNDO A ZONA DE PRODUÇÃO: 1800-1888

Na amostra de inventários pesquisados, constatou-se que muitos senhores de escravos dedicavam-se a atividades produtivas de origem rural quanto de urbana e, em alguns casos, um mix dos dois, por exemplo, comerciantes e fazendeiros ou comerciantes e senhores de engenho.

A TABELA 7 apresenta a participação do número de escravos em relação as principais atividades dos inventariados encontrada na amostra dos inventários pesquisados. O número de inventários em que não foi possível encontrar a profissão do inventariado é bastante significativo, especialmente na segunda metade do século XIX. Este não é um fenômeno típico de nossa pesquisa. **MATTOSO (1997)⁽⁹⁾** defrontou-se com um problema semelhante. Na ausência de uma clara identificação, agregamos

Veja-se que existe uma forte descontinuidade na participação dos escravos dos senhores de engenho para três décadas - 30, 60 e 70 - e isto pode ser derivado da amostra de inventários pesquisados. A participação de escravos operando no segmento não-agrícola é bastante reduzida, como era o esperado. Secundando os senhores de engenho, encontram-se os comerciantes de secos e molhados e de lojas de tecidos, em termos de participação na propriedade de escravos. Muitos comerciantes utilizavam os escravos nos serviços de entrega, transporte e, principalmente, nas atividades domésticas.

A TABELA 6 apresenta a participação dos escravos alocados nos setores urbano e rural segundo as faixas de idade. Constata-se que mais de dois terços da população escrava, de todas as faixas de idade, estava localizada na zona rural. Com efeito será observado que esses escravos trabalhavam nos engenhos de açúcar da Província e nas fazendas de gado e algodão.

A principal atividade econômica da Província de Pernambuco, ao longo do século XIX, era a

produção de açúcar de cana, localizada na Zona da Mata. Em segundo lugar, em termos de valor da produção, destacava-se a atividade de produção de algodão, localizada nas regiões agrestinas e sertanejas. A relação de proprietários de escravos, constantes da Tabela 6 foi retirada da amostra de inventários pesquisados no Recife. A propriedade de escravos reflete, em última instância, o poder econômico dos inventariados.

Utilizando a classificação de escravos Rurais e Urbanos, pode-se observar que a grande maioria dos escravos estava localizada no meio rural. Com efeito isto é um reflexo da matriz macroeconômica de produção da Província cuja principal fonte de riqueza originava-se do segmento agrícola. Inexistia uma atividade manufatureira de vulto na Província, de sorte que a população de escravos localizado em Recife, embora significativa em termos absolutos, era reduzida em termos relativos. As atividades produtivas, localizadas em Recife, que mais demandavam escravos eram o comércio, distribuição e serviços públicos e privados. Os escravos localizados no Recife participavam de atividades de transporte de mercadorias, serviços de casa e de construção civil.

A Tabela 7.2 apresenta a participação dos escravos segunda a área de trabalho, isto é, urbano e rural. Deixamos de incluir as informações sobre os escravos catalogados no grupo urbano-rural, por conta da dificuldade de se isolar o que era urbano e rural, na população de cativos.

Como já chamamos atenção em parágrafos anteriores, o mercado de trabalho escravo no Brasil e por rebatimento, em Pernambuco, passou por inúmeras mudanças e transformações, já devidamente comentadas. O aspecto importante a ser ressaltado no tocante aos dados que estamos analisando diz respeito a tendência, no tempo, da participação dos escravos rurais em relação aos urbanos.

Por volta das primeiras décadas do século XIX, a população escrava eminentemente urbana, ou localizada no Recife não ultrapassava, em nenhuma faixa de idade, a casa dos 20 %, indicando que a demanda por escravos na província de Pernambuco era fundamentalmente para serviços tipicamente de origem agrícola. Estes indicativos coincidem exatamente com a matriz produtiva da Província

: açúcar da cana, couros, algodão, e outros produtos de origem agrícola. As atividades produtivas na cidade do Recife gravitavam, fundamentalmente, em torno do comércio de exportação e importação e da indústria de construção civil. Segundo alguns viajantes e cronistas da época, a população do Recife não ultrapassava, nesse período, a casa dos 25 mil habitantes.

No segundo período de análise - 1831-50 -, amplia-se a participação dos escravos urbanos acompanhado de uma queda significativa da participação dos escravos alocados em atividades rurais. Inúmeras podem ser as explicações para esse movimento nos índices relativos.

Em primeiro lugar, pode-se imaginar um crescimento da população livre da cidade do Recife, por conta do crescimento vegetativo, que implicou em maior demanda por escravos de serviços. Em segundo lugar, a queda no movimento da agricultura, implicando em um declínio na demanda por novos cativos e com isso uma diminuição na população escrava. Em terceiro, o efeito negativo gerado pelos movimentos políticos durante o período pós-independência.

Este é um período particularmente complicado em relação ao mercado de trabalho escravo no Brasil. Após a Acordo Brasil-Inglaterra de 1831 o tráfico internacional de escravos tornou-se ilegal e os preços dos escravos cresceram bastante no mercado interno. Como a rentabilidade da atividade açucareira caiu de forma substancial, então pode-se depreender que a demanda por escravos para atividades no segmento agroindustrial apresentou um declínio. Provavelmente, embora sem dispor de evidências, aconteceu uma mudança nos preços relativos dos escravos urbanos vis a vis os rurais, em favor dos primeiros, de tal sorte que parte dos escravos adquiridos ao longo do período 1830-50, tiveram um maior destino urbano que propriamente rural.

Após essa fase, destaca-se o interregno 1851-71 que compreende o período de fechamento do tráfico internacional à Lei do Ventre-Livre. Constata-se, a semelhança do período anterior, uma ampliação da participação dos escravos urbanos em relação aos escravos rurais, para todas as faixas de idade, o que pode sugerir um

processo de transferência bastante forte da população no sentido rural-urbano. Não resta a menor dúvida de que uma das razões fundamentais para tal comportamento pode ser explicada pelo movimento migratório de escravos do Nordeste para o Sul. Esta fase representa o período de intenso crescimento da área plantada com café e da transferência da produção do Rio de Janeiro para São Paulo. Uma outra razão pode estar relacionada com a Guerra do Paraguai que demandou um número razoável

se desenvolveram em Pernambuco, de forma bastante intensa. É uma fase em que muitos escravos são alforriados, e este processo deve ter sido mais intenso entre os escravos urbanos que os localizados no segmento rural.

Dessa forma, cai a participação dos escravos urbanos em relação aos rurais em determinados estratos de idade, especialmente entre 40 e 60 anos de idade, exatamente naquele grupo onde parece ter sido mais intenso o processo de

TABELA 6
PERNAMBUCO
LOCAL DE TRABALHO DOS ESCRAVOS:
RURAL E URBANO
1800-1888 (%)

Idade	1880-30		1831-50		1851-72		1872-88	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
0-9	83,9	17,1	80,0	20,0	61,0	29,0	100,00	---
10-19	87,6	12,4	73,0	27,0	62,0	28,0	82,0	18,0
20-29	86,3	13,7	68,0	22,0	71,0	29,0	58,0	42,0
30-39	87,3	12,7	70,0	30,0	71,0	29,0	58,0	42,0
40-49	90,3	,7	72,0	18,0	66,0	34,0	71,0	29,0
50-59	87,0	13,0	81,0	19,0	73,0	27,0	83,0	17,0
60-69	96,0	4,0	82,0	18,0	74,0	26,0	85,0	15,0
70- a +	100,0	---	82,0	18,0	---	---	---	---

Fonte: Coleção de inventários do IAHGPe- Caixas de 1 a 40

de escravos pernambucanos.

Por último, temos a fase 1872 a 1888, que corresponde o período pós *Ventre-Livre* associado com as campanhas abolicionistas que

alforria. Observe-se um incremento na participação do grupo localizado nos estratos entre 20 e 39 anos, em termos de população urbana, indicando uma queda substancial da força de trabalho escrava rural. Pode-se, neste

TABELA 7
PERNAMBUCO
NÚMERO DE ESCRAVOS SEGUNDO AS ATIVIDADES DOS PROPRIETÁRIOS
(PARTICIPAÇÃO RELATIVA)
1800-1888

Atividades	1800-10	1811-20	1821-30	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70	1871-80	1881-88
Fazendeiro	3,4	--	6,4	--	--	0,9	3,8	--	1,8
Agricultor	4,9	1,3	3,6	14,0	4,4	0,9	1,0	--	--
Oleiro	2,5	--	--	1,8	--	--	--	--	--
Comerciante/Agricultor	3,9	--	--	--	--	--	--	--	--
S. de Engenho	63,1	65,3	46,2	24,7	40,7	33,4	1,9	19,6	89,5
Comerciante /S. Engenho	11,3	15,2	--	--	--	--	--	--	--
Come/Loj. Tecos	--	0,7	0,6	3,2	5,7	2,6	1,0	--	--
Comerciante	--	1,1	3,1	0,4	0,5	3,4	1,9	8,4	3,5
Sargento-Mor	--	--	0,8	5,3	--	--	--	--	--
Ouvides	--	--	1,8	--	--	2,8	0,5	--	--
Tenente-Militar	--	--	0,1	--	--	0,9	--	--	--
Coronel	--	--	0,3	--	--	--	--	--	--
Juiz/Sen.Engen	--	--	4,9	--	--	--	--	--	--
Comer. Se. Mol.	--	--	--	1,9	2,1	--	0,5	--	--
Industrial	--	--	--	1,4	--	--	--	--	--
Comer. Louça	--	--	--	--	1,1	--	--	--	--
Farmacêutico	--	--	--	--	4,1	--	--	--	--
Livreiro	--	--	--	--	1,4	--	--	--	--
Tanoeiro	--	--	--	--	0,9	--	--	--	--
Cirurgião-mor	--	--	--	--	0,2	--	--	--	--
Pescador	--	--	--	--	0,5	--	--	--	--
Dono de Barco	--	--	--	--	--	3,6	3,3	--	--
Padeiro	--	--	--	--	--	2,1	0,5	4,7	--
Despachante	--	--	--	--	--	--	--	3,7	--
Sem identific.	10,8	16,3	32,1	46,1	38,4	49,6	85,6	69,6	5,3

Fonte: Elaborada a partir da coleção de inventários do IAHGPe-Caixas 1 a 40.

caso específico, aventar a possibilidade de uma forte ampliação do uso de mão-de-obra assalariada a nível rural combinada com outras relações sociais de produção como câmbio e parceria.

6 MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ES CRAVA EM PERNAMBUCO: 1800-1888.

Os índices de masculinidade representam um importante indicador para a melhor interpretação da demografia escrava em qualquer sociedade que se caracteriza pela utilização desse tipo de força de trabalho. A análise desse indicador ao nível da economia de Pernambuco cresce de importância em função da significação econômica da Província, bem como fornece algumas pistas adicionais sobre o comportamento da macroeconomia local.

Elaborou-se um índice de masculinidade levando em consideração as variáveis tempo, nacionalidade e idade. A escolha desses indicadores deriva-se, em parte, das transformações institucionais no âmbito do escravismo nacional e internacional bem como permite avaliar as principais mudanças no mercado de trabalho ditadas por variações na conjuntura econômica nacional e internacional.

A TABELA 8 destaca os índices de masculinidade dos escravos localizados em Pernambuco, segundo as décadas e as faixas de idade.

Uma primeira forma de abordar os dados, está em analisar o padrão de masculinidade através de um corte temporal, que privilegie as diferentes fases do mercado de escravos em Pernambuco. Nesse sentido adotaremos os quatro períodos já destacados em segmentos anteriores, como paradigma cronológico de análise e desagregaremos esses períodos em décadas para tentar, com isso, captar prováveis mudanças, que porventura, se processaram intraperíodos.

As três primeiras décadas caracterizam-se, em termos de mercado de trabalho escravo, como uma fase de mercado livre, desregulamentado, onde as forças de mercado detinham um papel relevante nas mudanças do perfil demográfico da população escrava em Pernambuco.

Lendo horizontalmente a TABELA 8, constata-se uma leve mudança dos índices de masculinidade, segundo as faixas de idade. Nas duas primeiras décadas, os maiores índices concentram-se nas faixas de idade entre 20 e 40 anos, fenômeno bastante coerente com as idiosincrasias do mercado que privilegiava machos e jovens em detrimento de mulheres e crianças na importação de escravos. Percebe-se, todavia, um declínio do índice, a partir de 1821, para a mesma faixa de idade, acompanhado de um incremento do mesmo índice, para o mesmo período, em relação as faixas entre 50 e 70 anos. Isto sugere uma forte queda na população jovem e masculina, e um aumento no número de homens nos estratos de idade acima de 50 anos.

A situação muda de configuração quando se realiza uma leitura da TABELA 8 em sentido vertical, por estratos de idade e segundo as

TABELA 8
PERNAMBUCO
ÍNDICE DE MASCULINIDADE DOS ESCRAVOS - 1800-1888

Décadas	Faixas de idade							
	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70 a +
1800-10	100	200	291	257	266	144	200	200
1811-20	106	176	260	174	241	215	190	700
1821-30	79	145	167	208	131	200	233	140
1831-40	66	120	163	133	211	16	100	133
1841-50	86	131	166	151	117	377	240	70
1851-60	63	114	102	135	141	206	183	100
1861-70	122	78	127	87	61	200	12	300
1871-80	300	123	76	77	22	100	100	200
1881-88	--	233	120	100	33	150	233	100

Fonte: Coleção de inventários do IAHGPe. Caixas de 1 a 40.

décadas. Para os 30 primeiros anos do século XIX, constata-se uma queda sistemática do índice de masculinidade exceto para as faixas de idade entre 50 e 70 anos. O inusitado é que esse fenômeno ocorre de forma pronunciada entre os estratos localizados entre 20 e 50 anos, fase mais produtiva dos escravos.

Uma primeira explicação para esse comportamento do índice pode estar fortemente associado a queda na importação de escravos homens, por conta da crise econômica que se abateu sobre a economia açucareira de Pernambuco. Convém lembrar ao leitor que a taxa de crescimento da população escrava masculina da Província foi negativa exatamente entre 1827 e 1842.

As evidências apresentadas por Sebastião Ferreira SOARES (1977)⁽¹⁵⁾ indicam um declínio das exportações de açúcar de Pernambuco exatamente entre 1800-30. Evidentemente que uma queda nas exportações reflete um declínio no nível de produção ao nível da propriedade rural.

Nesta situação, os senhores de engenho diminuiriam as aquisições de novos escravos e, provavelmente, aumentariam a jornada de trabalho dos escravos remanescentes, aumentando assim a taxa de mortalidade dos escravos do sexo masculino. Isso provocou uma diminuição do número de homens em relação ao número de mulheres, contribuindo assim para uma queda na taxa de natalidade.

Quando se compara o período de mercado desregulado com a fase do mercado regulado, é que se percebe a importância e o impacto da parafernália regulamentária sobre o movimento da população escrava.

Analisando o período seguinte, no sentido horizontal, constata-se, mais uma vez, a tendência crescente da taxa de masculinidade, indo das idades menores para as maiores, com um ponto de máximo entre os estratos de 40-49 e 50-59 anos. Tal fenômeno se repete para o período 1841-50, mas com um elemento de diferenciação que é exatamente o ponto de máximo que recua da faixa de 40-49 anos para o estrato 20-29 anos, indicando uma fortíssima reversão na demanda por escravos, com a entrada significativa de cativos jovens por conta das expectativas de fechamento do tráfico transatlântico de escravos.

O fenômeno fica ainda mais claro, mais cristalino, à medida que se analisa o perfil de masculinidade da população escrava a partir de um corte vertical, isto é, analisando-se a masculinidade segundo os diferentes estratos de idade.

Nesse sentido, observa-se um nítido crescimento para a maioria dos estratos de idade, do índice de masculinidade, o que reforça a hipótese acima aludida, da forte entrada de escravos jovens, importados da África, durante o período de mercado regulamentado.

Analisem-se, por exemplo, as colunas referentes às faixas de idade entre 10 e 39 anos. A tendência que era de queda, durante a fase anterior, sofre uma reversão, no período seguinte, e volta a crescer, por conta do forte ingresso de cativos do sexo masculino importados da África. Por razões tipicamente econômicas, os mercadores traficantes deram nítida preferência por escravos jovens e do sexo masculino.

Para o período seguinte - 1851-70 - os indicadores de masculinidade voltam a decrescer entre os estratos de idade, para uma mesma década. É bastante interessante observar a configuração da curva de masculinidade. Caso se plotasse em um gráfico bi-dimensional, as faixas de idade no eixo horizontal e o índice de masculinidade no vertical, é possível encontrar uma parábola côncava ao eixo horizontal para a década de 1840 e uma parábola convexa ao mesmo eixo para a década de 1870, indicando uma completa reversão no perfil demográfico da população escrava em Pernambuco. Diminui os números de homens, o que força o contingente feminino a ocupar funções que antes eram realizadas pelo sexo masculino, com sérias repercussões sobre a taxa de natalidade, e sobre os índices de fertilidade da população escrava.

7 A MASCULINIDADE DOS ESCRAVOS EM PERNAMBUCO SEGUNDO A NACIONALIDADE: 1800-1888

.....

Uma outra forma de entender a dinâmica da demografia escrava em Pernambuco, pode ser através do escrutínio do índice de masculinidade

entre os escravos nascidos na África e os nascidos no Brasil.

Contrastar esses dois indicadores pode levantar novas informações sobre o funcionamento e operacionalização do mercado de cativos na Província. Embora os números em si sejam completamente frios, ainda assim é possível levantar um conjunto de ilações sobre o comportamento do mercado de escravos à medida que se contrasta esses indicadores com os principais acontecimentos políticos e sociais ocorridos no país durante o período em destaque, e que de alguma forma rebateram sobre a dinâmica do mercado escravista em Pernambuco.

A TABELA 9 apresenta o índice de masculinidade para os escravos nascidos na África e no Brasil. Comparando esses dois índices percebe-se, de imediato, que o referente aos escravos nascidos na África apresenta-se sempre maior que em relação aos nascidos no Brasil. A que se deve essa diferença? Veja-se que eles partem quase que de uma mesma base - 212 e 200 - e se distanciam com o passar do tempo.

O comportamento do índice para os escravos nascidos no Brasil apresenta uma tendência nitidamente declinante em relação ao tempo, exceção feita para década de 1841-50.

No tocante aos escravos nascidos na África, a tendência também é declinante, mas de caráter mais errático, apresentando, em determinadas fases da conjuntura, um comportamento bastante coerente, para em outros períodos apresentar um comportamento incompatível com os acontecimentos históricos.

Iniciemos a análise pelos contingente dos escravos nascidos no Brasil. De 1800 até 1840 há uma queda persistente do índice de masculinidade, sugerindo uma elevada taxa de

mortalidade de escravos do sexo masculino, associado a um reduzido índice de nascimento de escravos do sexo feminino.

Em relação ao índice de masculinidade dos escravos nascidos na África, o comportamento em termos de tendência se apresenta razoavelmente coerente com a conjuntura da época, em se tratando do período 1800-1830.

Durante esse período, com efeito, o mercado importador esteve completamente livre de qualquer pressão das nações que lutavam contra o tráfico transatlântico, de sorte que a importação de maior número de escravos do sexo masculino, constituía-se num truísmo, em decorrência do mercado demandante, no caso, os senhores de engenho.

A heterodoxia mercadológica começa a se destacar durante a fase de fechamento do mercado importador de escravos, representado pelo período 1830-50. Neste período, supõe-se que deveria ter acontecido um incremento no índice de masculinidade de escravos nascidos na África, por razões mercadológicas e pelas expectativas dos demandantes em relação ao futuro da escravidão no Brasil e no mundo.

Em relação aos escravos nascidos na África, o que se percebe é uma constância no índice ao longo do período 1830-50, o que não parece estar coerente com os acontecimentos.

A partir de 1850, fase que coincide com a cessação do tráfico transatlântico, percebe-se uma tendência declinante dos índices de masculinidade tanto do grupo dos escravos nascidos no Brasil e uma forte tendência também declinante dos nascidos na África sugerindo várias interpretações:

- 1) elevada taxa de mortalidade de cativos masculinos implicando em uma queda do

TABELA 9
PERNAMBUCO
ÍNDICE DE MASCULINIDADE -AFRICANOS E BRASILEIROS

Anos	Africanos			Brasileiros		
	Homem	Mulher	Hom/Mul	Homem	Mulher	Hom/Mul
1880-10	83	39	212	54	27	200
1811-20	295	121	243	150	113	132
1821-30	266	128	207	148	148	100
1831-40	186	102	182	131	145	90
1841-50	144	79	182	102	95	107
1851-60	115	52	221	126	139	90
1861-70	23	22	104	74	85	87
1871-80	1	2	50	35	41	85
1881-88	9	5	180	24	19	126

Fonte: Coleção de inventários do IAHGPe- Caixas de 1 a 40.

índice de masculinidade;

- 2) exportação de escravos masculinos para o sudeste do Brasil, como decorrência da crise da indústria açucareira em Pernambuco, combinada com o desenvolvimento, a taxas altamente significativas, da cultura do café no planalto paulista;
- 3) influência da Guerra do Paraguai, que resultou numa grande saída de escravos para lutar na guerra, bem como o impacto das inúmeras crises na saúde pública, especialmente a nível urbano, que dizimava grande quantidade de cativos.

8 ÁREA DE PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS PERNAMBUCANOS: 1800-88

.....

A historiografia sobre a escravidão no Brasil dá uma atenção especial sobre a origem étnica dos negros africanos que foram transferidos para o país. A contribuição dos negros na literatura, dança, alimentação, esportes, cultura é extremamente vasta e não é objetivo desse trabalho tecer comentários sobre o assunto. O fundamental a ter em mente é que os escravos, de origem africana, tiveram um papel fundamental na formação da raça e do povo brasileiro.

O que procura-se neste segmento é tão-somente identificar o principal mercado ofertante de cativos para a Província de Pernambuco durante o século XIX e, a depender de estudos posteriores, avaliar o custo da transferência e as margens de comercialização apropriada pelos traficantes de escravos no processo de transferência desse força de trabalho para Pernambuco.

Não existe nenhum estudo sobre o mapeamento da área de procedência dos escravos existentes em Pernambuco que permita uma comparação com os resultados apresentados por nossa pesquisa e cuja fonte principal já foi destacada em seção especial. Vicente SALLES⁽¹⁴⁾, ao estudar os negros africanos no Estado do Pará, ao indagar sobre a procedência do negro paraense, afirmou que *"esta é uma indagação de resposta talvez*

impossível" (p.150). Com efeito o pesquisador tem razão, pois tal informação, mesmo com um grau de precisão discutível, encontra-se disponível somente nos inventários *post-mortem*.

A TABELA 10 apresenta a origem dos escravos segundo a área de procedência e em alguns casos as nações. Constata-se que o grande centro fornecedor de escravos para Pernambuco era a região de Angola, seguido da Costa do Marfim, Congo e Moçambique.

Em trabalho recente sobre os negros na Bahia no século XIX, ANDRADE (1988)⁽¹¹⁾ classifica os escravos segundo as etnias (Angola, Cabinda, Congo, Calabar) e segundo as áreas geográficas (Costa, Benguela, Moçambique, Gabão, Camarão, Quilimane de Moçambique) e procura estratificar as etnias segundo três grandes áreas fornecedoras:

- 1) Golfo de Benin;
- 2) Angola-Congo;
- 3) Moçambique.¹¹

O fato inusitado está associado à elevada participação dos escravos nascidos no Brasil que, por volta da primeira década do século XIX, já correspondia a 40 por cento da população escrava da província e que, em face das mudanças da conjuntura, amplia-se gradativamente ao longo do século.

Embasado nas descrições de KOSTER⁽⁷⁾, pode-se inferir que razões de caráter econômico explicam, em grande medida, a elevada concentração de escravos oriundos do eixo Angola-Congo em Pernambuco. A demanda dos comerciantes, senhores de engenho, e produtores

¹¹ Gilberto FREIRE⁽⁵⁾ em seu livro *Escravos nos Anúncios de Jornais do século XIX*, tece algumas considerações a respeito do assunto. Da amostra de anúncios pesquisados Freire (op.cit.) conseguiu identificar as principais Nações dos escravos existentes em Pernambuco que são: Inhambane; Beni; Angico; Moçambique; Cabinda; Congo; Cassanje, esta última oriunda de Angola (op.cit.pg.38) e Quilimane (op.cit.pg.44) . Vicente SALLES (1971)⁽¹⁴⁾ identifica, para o Estado do Pará, as principais nações dos escravos paraenses, e classifica segundo dois grandes grupos: o Banto e o Sudanês. No primeiro grupo destacam-se as nações Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Moxicongo, Maía ou Macua, Caçanje. No grupo Sudanês, encontram-se os Mina, Fula, Mandinga, Bixago. Leia-se SALLES, (1971)⁽¹⁴⁾. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*.

rurais de fora da zona açucareira era por escravos com o perfil dos Angolanos e Congolezes.¹² A origem dos escravos existentes em Pernambuco difere, fundamentalmente, dos

fica do outro lado da África, banhada pelo Oceano Índico. O tempo de viagem de uma carregação de Moçambique era duas vezes maior que de Angola. Esse fato representou para o

TABELA 10
ÁREA DE PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS PERNAMBUCANOS
1800-1888 - (Em termos percentuais)

Nome	1880-10	1811-20	1821-30	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70	1871-80	1881-88
Angola (A/C)	49,8	48,7	28,8	20,4	24,4	18,7	14,8	2,8	24,6
Rebolo	1,0	0,9	3,5	3,0	3,7	1,1	--	--	--
Gênio Costa (G/B)	4,4	5,6	4,5	2,6	4,6	5,1	4,8	--	--
Congo (A/C)	1,0	0,9	4,5	6,5	5,1	1,5	--	--	--
Benguela (A/C)	1,0	0,6	3,4	3,7	3,0	0,9	--	--	--
Cabinda (A/C)	1,5	0,7	2,3	4,9	0,5	0,9	--	--	--
Fulô	0,5	--	0,3	0,4	--	--	--	--	--
Gabão	--	0,3	0,3	0,4	1,4	--	--	--	--
Cassanje	--	0,4	3,6	3,7	2,5	0,6	--	--	--
Moçambique	--	1,0	2,8	2,1	2,1	3,2	--	--	--
Nagô (G/B)	--	0,1	0,1	--	0,2	0,2	--	--	--
Calabar (G/B)	--	--	0,4	0,7	0,7	--	--	--	--
Benin (G/B)	--	--	0,1	--	0,2	--	--	--	--
Angico	--	--	0,3	0,9	0,9	1,3	--	--	--
Ubaca	--	--	0,1	0,4	--	--	0,5	--	--
Brasileiro	39,9	40,0	45,0	49,5	48,5	64,5	78,0	97,2	75,4
Bambirá	0,5	--	--	--	--	--	--	--	--
Zabumba	0,5	--	--	--	--	--	--	--	--
Sabaru	--	0,1	--	--	--	--	--	--	--
Quessaman	--	0,3	--	0,2	0,2	--	--	--	--
Carmandongo	--	--	--	0,9	0,7	--	--	--	--
Nação	--	--	--	--	1,4	2,1	1,9	--	--

Fonte: Coleção de Inventários do IAHGPe - Caixas de 1 a 40.

Nota: A/G- identifica Angola- Congo e G/B- Golfo do Benin

escravos da Bahia que, segundo VERGER (1987)⁽¹⁸⁾ e ANDRADE (1987)⁽¹⁾, eram oriundos do Golfo de Benin.

A partir de 1820, declina, de forma inusitada, a participação de Angola e cresce, em vários pontos percentuais a participação de escravos da Região do Congo, Benguela, Cabinda, que também fazem parte do eixo de comércio Angola-Congo, restando uma pequena fração as zonas de Cassange e Moçambique. Observa-se então uma mudança no eixo das regiões fornecedoras de escravos, associado a um forte processo de diversificação das zonas supridoras. Qual a explicação, do ponto de vista econômico, para essa mudança?

Uma razão especial pode estar associada às políticas antitráfico implementadas a partir de 1830. Tome-se o caso, por exemplo, dos escravos oriundos de Moçambique. Esta região

traficante um substancial acréscimo nos custos de transportes. Uma outra explicação plausível para o incremento na participação de Moçambique pode estar associada à ação repressiva da frota inglesa após 1831, ao longo da costa transatlântica da África, especialmente na faixa que vai entre Bissau e o Golfo de Benguela.

9 A OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS DE PERNAMBUCO: 1800-1888

Uma das indagações que tem perseguido os historiadores dedicados ao estudo da escravidão africana no Brasil diz respeito as atividades produtivas exercidas pelos escravos ao longo do século XIX.

Os estudos sistematizados sobre esse assunto são esparsos e incompletos. Alguns trabalhos são ricos em informações, mas padecem de uma melhor sistematização dos dados, de tal sorte que se torna quase que impossível realizar comparações que permitam estabelecer algumas ilações de caráter geral ou perceber mesmo

¹² Em relação aos escravos oriundos de Moçambique, a definição de KOSTER⁽⁷⁾ é a seguinte: "Os negros de Moçambique constituem uma pobre e feia raça de seres lânguidos, preguiçosos e propensos a melancolia. A pele é escura mas têm todos os traços dos negros. Seu preço é inferior ao de qualquer nação e alguns agricultores os adquirem a título de experiência mas dizem que eles têm as más qualidades do Gabão sem que possuam seu vigor" (KOSTER. op.cit.pg.507)⁽⁷⁾.

diferenças substanciais entre uma região e outra do país.

A indagação fundamental gira em torno do que esses escravos faziam. Em que atividades eles estavam ocupados? Quais as atividades econômicas que mais demandavam escravos em Pernambuco entre 1800-1888?

A TABELA 11 nos fornece essas informações com algumas adições. Procurou-se desagregar as ocupações dos escravos africanos em Pernambuco, a partir de um corte por origem dos escravos, isto é, os nascidos na África e no Brasil, por sexo, e segundo a profissão dos proprietários dos ditos escravos.

Convém chamar atenção para o fato de que um número razoável de escravos da amostra com que se trabalhou não possuía profissão ou porque era muito jovem ou porque não existia a informação.

Mesmo diante desses obstáculos, comuns em trabalhos dessa natureza, foi possível elaborar um painel razoável das atividades desenvolvidas pelos escravos existentes em Pernambuco durante o século XIX e, o que é mais importante, mostrar as transformações que ocorreram no mercado de trabalho ao longo do período.

Antes de adentrar na análise das informações contidas na TABELA 11, caberia tecer algumas considerações, de ordem metodológica, a respeito de algumas agregações feitas na relação de profissões de escravos, a fim de dar uma melhor visão do problema.

Foram encontrados mais de setenta "profissões" (se é que se pode chamar de profissão) entre os escravos escrutinados. Algumas foram agregadas e se estabeleceu ramos de trabalho. O QUADRO 1 abaixo apresenta as

profissões agregadas.

Feitas as ressalvas pertinentes, cabe agora tecer algumas considerações sobre as profissões dos escravos.

Em uma perspectiva agregada, constata-se que as atividades dos escravos de Pernambuco estavam concentradas em cinco grupos que representavam 90 por cento, aproximadamente, da amostra pesquisada.

Em primeiro lugar, em termos de participação, estavam as atividades de campo com um percentual da ordem de 43,7%. Dentro desse ramo, estavam os escravos que trabalhavam no serviço da enxada, ora cortando cana ora realizando serviços de transporte para o engenho e na fazenda. Pode-se inferir que os grandes demandantes individuais de escravos eram os senhores de engenho.

Em segundo lugar, destacavam-se os escravos trabalhando nas atividades domésticas. Esse grupo representava trinta por cento da população pesquisada. Dentro dessa categoria maior se enquadrava um número substancial de sub-atividades, fato que pode ser comprovado pelas informações contidas na TABELA 12. Isto sugere que um quantitativo substancial de escravos - aproximadamente 30% - trabalhava em atividades de baixo índice de salubridade, o que justifica, em determinados casos, taxas de mortalidade bastante elevadas.

As atividades ligadas aos serviços marítimos e construção civil, contribuíam com 5,0 e 5,1 por cento, respectivamente. Veja-se que no caso dos serviços marítimos, existia uma correlação bastante acentuada com a atividade da produção de açúcar.

Quadro 1 Pernambuco

Atividades profissionais dos escravos - 1800-1888

Ramo	Atividades
Marítimo	Canoeiro; Marinheiro; Barqueiro; Remador; Embarcadiço
Serviço de Campo	Serviço da enxada; serviço da lavoura; serviço da cerca;
Serviço doméstico	Serviço da casa; costureira; lavadeira; rendeira; cabeleireira; engomadeira cozinheira;
Construção civil	Carpina; serrador; mestre; pedreiro; oleiro; marceneiro; caiador; amssador; carpina forrador
Construção Naval	Calafate
Serviço de Engenho	Purgador; Tacheiro; Caldeireiro; Mestre de açúcar; destilador
Transporte	Carreiro; cargueiro; carroceiro
Comércio	Vendedor; Serviço de botequim; avaliador; quitandeira

Aqueles engenhos localizados próximos aos rios navegáveis, como o Capibaribe e Beberibe, transportavam a produção através do uso de canoas e barças até os trapiches localizados no Recife, de sorte que esses serviços representavam uma extensão da principal atividade econômica da região.

Uma outra atividade que apresentava uma participação de destaque era o segmento de transportes. Funções como carreiro, cargueiro e carroceiro se enquadravam nesse grupo. As evidências indicam que essa atividade também estava relacionada ao serviço do engenho açucareiro.

Finalmente há o destaque para a categoria de serviços de rua, que apresentava uma participação de 3,6% do total da amostra pesquisada de escravos, de forma que, isoladamente, esta categoria representava um grupo específico.

Enquanto as atividades acima destacadas representavam o agregado de um conjunto de subatividades, a de serviços de rua apresentava-se isolada, e com uma participação expressiva.

Eram os escravos que realizavam os serviços para os seus mestres, de levar recados, de carregar compras, de transportar pertences de um lugar para o outro, nada diferentes dos *office-boys* dos dias atuais.

Numa categoria isolada, encontrava-se o grupo de escravos "ganhador". Era o escravo de propriedade de um indivíduo e que fazia serviços remunerados para outro indivíduo e que gerava uma renda para o proprietário do escravo.

A Tabela 11 apresenta um outro conjunto de atividades ou "profissões" com reduzida participação no conjunto das profissões encontradas. Mostra todavia, que os escravos estavam alocados em todas as atividades produtivas existentes na Província. Atividades de razoável dose de sofisticação, como ourives, serviços de fundição, fazedor de selas, etc.

No tocante à nacionalidade, verifica-se uma clara predominância de escravos brasileiros naquelas profissões que exigiam um certo grau de destreza, de conhecimento, bem como um melhor nível de urbanidade e mesmo conhecimento da língua e dos costumes dos senhores proprietários. Atividades como ourives, padeiro, barbeiro, capireta, sebeiro,

alfaiate, se destacavam pela destreza, conhecimento técnico e conhecimento da língua portuguesa.

Em atividades menos sofisticadas, como doméstica, serviço de engenho, transporte, sapateiro, por exemplo, destaca-se uma participação elevada de escravos nascidos no Brasil, indicando uma fonte de mercado de trabalho por escravos segundo a nacionalidade.

Em relação à posição por sexo, constata-se que os escravos homens dominavam quase todas as atividades, exceção para o grupo de domésticas, onde os escravos do sexo feminino representavam 2/3 do mercado, para as atividades de comércio onde as mulheres eram majoritárias e nos serviços de rua com 1/3 da participação.

No grupo do comércio as mulheres escravas se destacavam nos serviços de quitadeiras e vendedoras ambulantes, vendendo frutas e comidas feitas. Em relação ao grupo de domésticas, as atividades eram diversificadas, ora atuando nos serviços de casa, ora como cozinheiras, lavadeiras, doceiras etc.

Procura-se também analisar a ocupação dos escravos em Pernambuco, segundo um corte de localização. Trata-se, evidentemente, de uma abordagem importante para o conhecimento do mercado de trabalho mas, com certeza, sujeito às restrições impostas pela amostra dos inventários pesquisados. O leitor não deve tirar conclusões gerais para o universo da escravidão no Nordeste a partir dessas evidências, em razão da não aleatoriedade da amostra. Evidentemente que as informações apresentadas na Tabela 11 sinalizam para uma determinada tipologia de funcionamento do mercado de mão-de-obra escrava na região.

Algumas atividades se destacam como tipicamente urbanas. No grupo em questão, destaca-se a figura do escravo "ganhador". Tratava-se de uma categoria de escravo que prestava serviços para terceiros e gerava uma renda ao proprietário como parte pelo pagamento do serviço. O comércio de aluguel de escravos era realizado pelos proprietários urbanos, detentores de um pequeno plantel. Eram pessoas de menor nível de renda, que procuravam obter uma receita monetária a partir do aluguel da força de trabalho escrava. Eram os "rentistas" urbanos. No conjunto dos inventários

TABELA 11.
PERNAMBUCO
PROFISSÃO DOS ESCRAVOS - 1800-1888 - (Em %)

Nome da atividade	Origem			Sexo		Profissão do Proprietário		
	África	Brasil	Total	Masc.	Femin.	Rural	Urbano	Rur/Urb
01-Serv. Marítimos	86,4	13,6	5,1	97,3	2,7	61,3	29,0	9,7
02-Serv. Campo	63,8	36,2	43,7	68,3	31,7	90,8	2,4	6,8
03-Serv. Domésticos	48,5	51,5	30,0	30,2	69,8	52,1	37,1	10,9
04-Construção Civil	67,8	32,2	5,5	97,5	2,5	98,3	---	1,7
05-Ganhador	89,2	10,8	1,7	94,7	5,3	12,5	50,0	37,5
06-Construção Naval	100,0	---	0,1	100,0	---	---	---	---
07-Serviço Engenho	45,0	55,0	0,9	100,0	---	89,5	---	10,5
08- Transporte	32,7	67,3	5,0	94,6	5,4	92,7	1,8	5,5
09-Comércio	87,5	12,5	0,4	12,5	89,5	---	100,0	---
10-Seleiro	---	100,0	0,1	100,0	---	---	50,0	---
11-Sapateiro	44,4	55,6	1,3	100,0	---	50,0	---	---
12-Barbeiro	50,0	50,0	0,2	100,0	---	100,0	---	---
13-Alfaiate	25,0	75,0	0,6	91,7	8,3	100,0	---	---
14-Ouríves	---	100,0	0,0	100,0	---	---	---	---
15-Carneiro	80,0	20,0	0,2	100,0	---	50,0	50,0	---
16-Serviço de rua	79,2	20,8	3,6	71,3	28,8	21,4	75,0	3,6
17-Pescador	33,3	66,7	0,1	100,0	---	100,0	---	---
18-Caranguejeiro	100,0	---	0,0	100,0	---	---	---	---
19-Oficial	33,3	66,7	0,1	100,0	---	100,0	---	---
20-Ferrador	66,7	33,3	0,1	100,0	---	66,7	33,3	---
21-Capireta	---	100,0	0,0	100,0	---	100,0	---	---
22-Serviço de fundição	85,7	14,3	0,3	100,0	---	---	100,0	---
23-Padeiro	---	100,0	0,0	100,0	---	---	100,0	---
24-Bauleiro	---	100,0	0,0	100,0	---	---	---	---
25-Baleeiro	75,0	25,0	0,2	100,0	---	100,0	---	---
26-Feitor	83,3	16,7	0,3	100,0	---	83,3	16,7	---
27-Serviço Ordinário	---	100,0	0,0	100,0	---	100,0	---	---
28-Forneiro	100,0	---	0,0	100,0	---	---	---	---
29-Com Habilidade	---	100,0	0,1	---	100,0	---	---	---
30-Fogueteiro	---	100,0	0,0	100,0	---	---	---	---

Fonte: Coleção de inventários do IAHGPe- Caixas de 1 a 40.

pesquisados essa categoria de escravo participa com 1,7% do total da população escrava escrutinada. Esse escravos operavam, basicamente, em torno de atividades relacionadas com transporte, carroto e serviços de limpeza.

Os escravos enquadrados na categoria "serviços de rua" também se destacavam no contexto da população escrava urbana. Eram cativos que realizavam serviços de transporte de indivíduos, usando os tradicionais palanquins da época, quando não usando as redes suspensas em um pedaço de madeira. Essa população também se dedicava a venda de comidas, doces, frutas nas inúmeras esquinas das ruas dos bairros centrais do Recife. Seriam, em uma versão contemporânea, nossos atuais vendedores ambulantes, camelôs e barraqueiros.

Os escravos alocados nos serviços de fundição eram fundamentalmente urbanos. Trata-se de um exemplo concreto do perfil e das características da amostra utilizada. No conjunto dos inventários escrutinados, constava o inventário do sócio do proprietário da famosa

fundição Aurora, de A. Starr & Cia, localizada no Recife. Todos os escravos de propriedade do inventariado trabalhavam nos serviços de fundição. O inventariado era natural da Inglaterra e fundou, junto com A. Starr, a primeira fábrica de bens de capital no Nordeste do Brasil, em 1820. Produzia barcos de casco de ferro, alambiques, moendas, portões e grades de ferro, caldeiras para os engenhos e ainda fornecia assistência técnica a um conjunto de proprietários de engenhos de Pernambuco.

ABSTRACT:

.....

The paper analyses the slave demography in Northeast of Brazil, during the nineteenth century, using Pernambuco's Province as a source of research, and studying the slaves as a source of labor. There is a discussion about the studying of masculinity, ethnical origin of the slaves, and the productive sector of the slaves, and other demographic indicators. The source of

data is a sample of seven hundred inventories of the families of Pernambuco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ANDRADE, Maria José de Souza. *A Mão-de-Obra Escrava em Salvador-1811-1860*. Brasília. Ed. Corrupio, 1988
02. BARBOSA, Josué Humberto. Um êxodo esquecido: o Porto do Recife e o tráfico interprovincial de escravos no Brasil: 1840-1879. Tese de Mestrado. Curitiba. UFPR, 1995
03. BRASIL. Arquivo Nacional. Marca de Escravos. Lista de Escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839-1841). Texto de Luciano Raposo. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional/CNPq, 1990.
04. DE MELLO, Pedro Carvalho e SLENES. Robert W. "Análise Econômica da Escravidão no Brasil" in *Economia Brasileira: Uma visão histórica*. Coord. Paulo Nehaus. Rio de Janeiro. Ed. Campus. 1980, pp: 80-122.
05. ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford Univ. Press, 1977
06. FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho - o complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. São Paulo. Edit. Hucitec/UNESP. 1988
07. FREIRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Editora Nacional/FUNDAJ. 1979
08. GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil- das origens à extinção do tráfico*. São Pasulo. Edit. Alfa-Ômega. 3a. Edição. 1975
09. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luís Câmara Cascudo. Rio de Janeiro. Cia. Editora Nacional. 1942
10. LUNA, Francisco Vidal "Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)" in *Estudos Econômicos*. São Paulo. Vol. 22, no. , set-dez. 1992
11. MATTOSO, Kátia. *Os Escravos na Bahia no Alvorecer do Século XIX. (Estudo de um grupo Social)*. Revista de História. São Paulo. USP, (97): jan-mar.
12. MILLET, Henrique Augusto. *A lavoura da cana-de-açúcar*. Série República. Vol. 5. FUNDAJ: Editora Massangana, 1989
13. SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro. Edit. FGV/UFPará. 1971.
14. SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Série Pensamento Econômico Brasileiro, 2. 1860; edição fac-similar, Rio de Janeiro, 1977
15. TAVARES, Monsenhor Muniz. *História da Revolução Pernambucana de 1817*. Governo do Estado de Pernambuco, Recife, 1969.
16. TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais*. Secretaria de Educação e Cultura. Governo de Pernambuco. 1977
17. VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos; dos séculos XVII ao XIX*. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo, Edit. Corrupio, 1987

Recebido para publicação em 30.06.97